

# CIRCUNAVEGAÇÕES LITERÁRIAS

## ENTRE O ORAL E O ESCRITO

*Ivete Lara Camargos Walty\**

### RESUMO

**E**m um momento em que o mundo se curva ao poder da imagem, da realidade virtual, nós, profissionais que lidamos com a linguagem verbal, ou mais especificamente com a palavra, ficamos a nos perguntar qual é seu lugar nesse espaço. Palavra oral, palavra escrita, palavra particular, palavra informatizada e internacionalizada, via Internet. Que mundo é esse que hoje habitamos? Como se situaria, nesse universo, uma sociedade em que ainda há grupos ágrafos e grande número de analfabetos simultaneamente ao reinado dos computadores? Como se forma o imaginário de um povo que se vê sob o alvo desses importantes acontecimentos sem ter vivenciado em sua comunidade as etapas atravessadas pelos outros povos – a passagem do oral para o escrito, a instalação dos meios de comunicação de massa, o reinado da informática? Para tentar responder a tais perguntas, busco discorrer sobre tais momentos de ruptura, examinando qual seria o lugar ocupado pela literatura nesse complexo processo interativo.

**E**m um momento em que o mundo se curva ao poder da imagem, da realidade virtual, nós, profissionais que lidamos com a linguagem verbal, ou mais especificamente com a palavra, ficamos a nos perguntar qual é seu lugar nesse espaço. Palavra oral, palavra escrita, palavra particular, palavra informatizada e internacionalizada, via Internet. Que mundo é esse que hoje habitamos?

A discussão sobre a relação oralidade e escrita vem atravessando espaços e tempos.

Jack Goody (1985) afirma que a passagem da cultura oral para a escrita é a primeira grande ruptura a se estabelecer no imaginário de um povo, enquanto a segunda seria a instalação dos meios de comunicação de massa. Mais recentemente, Pierre

---

\* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Lévy (1993), retomando o citado autor, mostra o advento da informática como outra dessas rupturas.

Como se situaria, então, uma sociedade em que ainda há grupos ágrafos e grande número de analfabetos simultaneamente ao reinado dos computadores? Como se forma o imaginário de um povo que se vê sob o alvo desses importantes acontecimentos sem ter vivenciado em sua comunidade as etapas atravessadas pelos outros povos? Qual o papel da literatura nesse contexto? Para tentar responder a tais perguntas, cumpre-me discorrer antes sobre os citados momentos de ruptura.

Paul Zumthor (1983, p. 27) afirma que nossos ancestrais viviam o grande silêncio milenar, onde a voz ressoava como sobre uma matéria e o mundo visível em torno deles repetia o eco, enquanto nós estaríamos submersos nos barulhos invisíveis, onde nossa voz tem dificuldade de conquistar seu espaço acústico. Para ele, a supremacia da escrita, da letra nas sociedades complexas teria feito desaparecer a voz, vista como simbolismo primordial, raiz de toda a poesia.

Marcel Detienne (1981, p. 50-86), estudando a oralidade na sociedade grega, nos fala de uma *paidéia* – um sistema cultural concebido como uma enciclopédia do saber coletivo, transmitido pela boca e pela orelha; uma cultura poética, provocadora de emoções, oposta à filosofia das idéias de Platão. A cultura oral, marcada pela coletividade, seria o espaço da memória partilhada por todo grupo humano, a memória social. Aí, em consonância com Maffesoli, ele diz que, nas civilizações da boca e da orelha, tudo é móvel, fluente. Este, por sua vez, ao discutir o que chama violência social (1987, p. 59), mostra que a escrita substitui a circulação rápida da fala pela acumulação, monopoliza e administra o saber, tornando fechado o que era aberto e estático o que era dinâmico. O Autor denomina violência social a violência exercida pelos dominados para auto-defesa e sobrevivência, incluindo aí a palavra, o riso, a festa e a orgia.

Pierre Clastres (1978), ao discutir as diferenças entre as sociedades ditas primitivas e as ditas civilizadas, postula que se trata de sociedades sem escrita e sem Estado e de sociedades com escrita e com Estado. Para ele, a sociedade sem escrita recusa a lei externa ao grupo. Aí a lei é inscrita no corpo do jovem, nos rituais de iniciação, e até mesmo através da “tortura”, e age como memória do grupo, lembrando que todos são iguais, isto é, ninguém vale mais que o outro. Assim sendo, o poder, nessas sociedades, é atributo do grupo e não do chefe. Este tem deveres para com a comunidade e está sempre em débito para com ela. Tem, por isso, o dever da palavra e não a palavra enquanto lei.

Nas sociedades complexas, ao contrário, o Estado se apodera da palavra e a racionaliza. A palavra, agora escrita, se faz lei. A lei escrita está fora do grupo, sobre o grupo, e todos precisam conhecê-la para se subordinarem a ela. A memória do grupo não é mais o indivíduo; ela é artificial, está fora dele. Delineia-se assim uma relação intrínseca entre escrita e poder:

*A escrita existe em função da lei, a lei habita a escrita; e conhecer uma é não poder mais desconhecer a outra. Toda lei é portanto escrita, toda escrita é índice da lei.* (Clastres, 1978, p. 123)

Jack Goody (1987), ao distinguir costume e lei, reitera a ligação entre esta e a escrita, mostrando que a lei se encaminha para o racionalismo, a generalidade e o anonimato. Além disso, mostra como a origem da escrita se vincula ao controle comercial, administrativo, contábil e como o conhecimento da escrita contribuiu para formação de hierarquias sociais.

Essa relação é reiterada ainda por Lévi-Strauss:

*A função primária da publicação escrita foi a de facilitar a servidão. (...) Se a escrita não bastou para consolidar os conhecimentos, talvez tenha sido indispensável para fortalecer as dominações.* (Lévi-Strauss, 1986, p. 296)

Por sua vez, Michel de Certeau mostra a colonização como escrita conquistadora. O colonizador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria história.

*Os caros desaparecidos entram no texto porque não podem mais fazer mal nem falar. Esses espectros são acolhidos na escrita sob a condição de se calarem para sempre.* (De Certeau, 1982, p. 14)

Confirma-se a escrita como relação de poder. A escrita centraliza, invade o espaço e capitaliza o tempo, deixa seu lugar de produção, só preenche o espaço pelo mesmo, o qual continua a se expandir. A escrita é vista, pois, como forma de representação, já que repete um saber e faz calar o resto. No entanto, é preciso lembrar que a escrita é *pharmakon* (Derrida, 1968), veneno e remédio, palimpsesto a desafiar leituras múltiplas.

Derrida (1973, cap. A violência da letra) afirma que Lévi-Strauss, numa suposta teoria marxista da escrita, associa-a, em sua origem, a sociedades fundadas sobre a exploração do homem pelo homem. Voltando a Rousseau, Derrida procura demonstrar que Lévi-Strauss restringe-se a privilegiar um veio dos estudos do filósofo francês, já que este, embora não o explicita, traz em sua teoria o conceito de escritura enquanto suplemento-potência deslocada e deslocadora, jogo entre presença e ausência, a romper com a possibilidade da fala pura, com a essência buscada pela postura fonocêntrica e logocêntrica da metáfora.

A idéia de escrita como suplemento é fundamental para não se correr o risco de condenar a escrita e a História, eliminando-lhes a ambigüidade inerente à sua constituição. Na verdade, não há fala inocente, nem uma sociedade destituída de violência, pois, como afirma Michel de Certeau, toda linguagem articula gritos de violência.

Quando o próprio Clastres diz que o povo sem escrita tem a lei gravada no corpo, nos lembra que a lei e a violência são anteriores à escrita, no sentido usual da

palavra. Os verbos *inscrever* e *escrever*, usados por Clastres em relação à lei, revelam a diferença de seu espaço nas sociedades sem e com Estado, validando a oposição entre costume e lei postulada por Goody. Ou seja, há diferenças no conceito de lei nos dois tipos de sociedade, mas a violência é a base de toda sociedade, como afirma René Girard (1979). A unidade do começo, do tempo do princípio é rompida em todas as culturas. O tempo contínuo sofre rupturas e se fragmenta em dia e noite, o espaço se diferencia e, com ele, os grupos sociais.

Maurício Gnerre (1987), analisando diversas teorias sobre o aparecimento da escrita, evidencia que a passagem da oralidade para a escrita é um processo complexo que abrange a totalidade das relações sociais e que a escrita é controlada por grupos sociais e não pela sociedade como um todo. Diz ele:

*Na sua essência, este é um problema de distância entre tradição oral e um tipo específico de tradição escrita, que não é aquela dos gêneros poéticos, narrativos ou teatrais, em que, de alguma forma, poderíamos encontrar características comuns com os usos orais da linguagem, mas aquela do gênero do trabalho científico e expositivo. (Gnerre, 1987, p. 83)*

Modifica-se, pois, a questão básica. Não importa apenas a diferença entre língua oral e língua escrita, mas também a existência das diferentes modalidades lingüísticas na sociedade complexa, entre elas, a literária. Pode-se perguntar, então, qual a causa da relação entre língua oral e língua literária.

Cumpre-nos voltar a Paul Zumthor (1987, p. 30), que demonstra a ligação da oralidade com a constituição coletiva da sociedade medieval, onde a comunicação se dava em presença. Nessas circunstâncias, o intérprete se fazia autor e inexistia a noção de propriedade intelectual. O diálogo se estabelecia, mesmo se apenas um tinha a palavra.

Para Zumthor a supremacia da escrita fonética, principalmente a partir do aparecimento da imprensa, poderia ser signo de uma mutação marcada pela distância do homem de si mesmo, de seu próprio corpo. Diminui a teatralidade da vida pública, o espaço se privatiza, separam-se os registros sensoriais, visual e tátil da vida vivida, e as artes das ciências. Diversificam-se as atividades culturais em relação às funções que preenchem, aos sujeitos que as operam e ao público a que elas visam. Esboça-se a divisão do trabalho, especializam-se os papéis. Instaura-se, pois, a idéia de fixidez do texto.

Observe-se que meu próprio texto vem sendo rigidamente didático, num tom acadêmico que se quer um discurso competente (Chauí, 1980), produzido por alguém que tem o direito de escrever e publicar, como se a sociedade lhe houvesse conferido um cetro.

Consagra-se, então, a noção de autor ligado à autoridade, proprietário de um texto, dono de um saber. É por isso que a mutabilidade, a variação, a incessante retomada de temas, o reenvio à autoridade de uma tradição não escrita, a predominância indiscutida das comunicações vocais restringem-se aos meios pobres, às zonas

marginalizadas, hoje ligadas à cultura popular (cf. Zumthor, 1987, p. 31). Mas, paradoxalmente, tal tradição é preservada também através da própria escrita, sobretudo na escrita literária.

A postura de Zumthor, em seus estudos sobre a literatura medieval, mostra ainda que a literatura, na qualidade de instituição, distingue-se do texto poético medieval, espaço privilegiado da voz. Para ele, este tipo de texto estaria mais próximo hoje dos meios de comunicação de massa do que da literatura. Apesar de me utilizar do conceito de oralidade de Zumthor, distancio-me dele quando afirmo que a literatura resgata a poeticidade da voz e do gesto, mesmo quando se quer um discurso escrito “relativamente autônomo, linguagem liberada de seu contexto imediato” (1993, p. 279). Diz Zumthor:

*O texto “literário” é fechado: simultaneamente por causa do ato que, material ou idealmente, o circunscreve e na intervenção de um sujeito que efetua esse fechamento. Mas essa intervenção provoca o comentário, suscita a glosa, de modo que, nesse nível, o texto abre-se, e um dos traços próprios à ‘literatura’ é a sua interpretabilidade. O texto tradicional, em contrapartida, pelo simples fato de que transita pela voz e pelo gesto, só pode ser aberto, numa abertura primária, radical, a ponto de escapar, por lampejos, à linguagem articulada; por isso ele se esquivava à interpretação, pelo menos a toda interpretação globalizante. (Zumthor, 1993, p. 283-284)*

Considerando o conceito de leitura como produção de sentido, de leitura atravessada pelo desejo sempre impertinente, impõe-se uma modificação na relação entre a voz e a letra, pois nenhuma interpretação pode ser globalizante. A literatura, texto escrito, fechado no livro, resgata a oralidade não porque promove o retorno da voz e sua supremacia sobre a escrita; antes, ela, através da escrita, promove a circulação dessas vozes em sua pluralidade, mesmo quando o texto é dado como monológico.

Do romance tradicional, em que a voz do autor procura conduzir o leitor, ao romance pós-moderno, que pode ser visto como uma “máquina-arquivo propulsora de uma rede de ficções virtuais” (Miranda, 1995, p. 11) e, por isso mesmo visto como um hipertexto, o que se vê é o rastro da letra em interação com a voz.

No conto “A menina de lá”, de Guimarães Rosa (1975), a personagem Nhinhinha identifica-se com o poeta quando cria através da palavra. Magicamente, ela faz. “Tou fa-a-zendo”. O verbo, sem objeto direto, amplia seu campo semântico, instaurando o cosmos. A voz do senso-comum é suspensa, quando se coloca em conjunção com o mágico, o absurdo, instaurado pela palavra. No texto escrito, instilam-se vozes que perduram no tempo e no espaço.

Por sua vez, a personagem Mestre Tamoda, do conto do mesmo nome, do escritor africano Uanhenga Xitu (1984), vale-se da língua escrita do colonizador para construir sua identidade, impondo-se em seu meio.

*O novo intelectual, no meio de uma sanzala em que quase todos os seus habitantes falavam quimbundo e só em casos especiais usavam o português, achou-se uma sumidade da língua de Camões. (...) (Xitu, 1984, p. 7)*

Veste a língua do colonizador como veste suas roupas de janota e sobraça seus livros, na gíngua estranha que lhe confere a marginalidade.

*Faleceu anos depois, mas já sem camisa, sem os sapatos, nem o capacete, nem o ndunda, tal como profetizara o cabo dos cipaios: Kingilé, o jibot'oyo, o capacet'oko tuondo musumbe-ko mu maḳoḳa. (Xitu, 1984, p. 24)*

Nhinhinha e Mestre Tamoda, personagens/poetas, criam o mundo através da palavra oral/escrita, deslocando verdades preestabelecidas, estereótipos construídos.

Em outro conto africano, "A menina Vitória", Arnaldo Santos (1981), em tomadas autobiográficas, descreve o processo de esterilização da visão de mundo por que passa a criança africana, obrigada a abandonar sua língua para bem falar e escrever o português.

*(...) Imitava passivamente a prosa certinha do gosto da menina Vitória. Esvaziava-a das pequeninas realidades insignificantes que ele vivia, das suas emocionantes experiências de menino livre, agora proibidas e imprestáveis. (Santos, 1981, p. 35)*

No seu desejo de honrar suas raízes, Gigi, o Higino, o esterilizado, quer ser como Matoso e seus olhos secos a resistir na identidade africana. Mas o Autor sabe que resistir não é recusar a língua do colonizador, mas, sim, escrever utilizando-a, desterritorializando-a, fazendo-a sua e de seu povo.

Em um outro momento, Silviano Santiago, em *Viagem ao México* (1995), ainda discorrendo sobre a questão dos espaços colonizados, viaja com o teatrólogo francês, Artaud, superando barreiras de espaço e tempo para refletir sobre "Por que e para que viaja o europeu". Faz de seu eu de ficcionista e crítico um eu migrante, a transitar entre Europa e América Latina, desfazendo dicotomias, fazendo uma literatura brasileira, francesa, latino-americana e européia, em época de globalização.

Os espaços do colonizador e do colonizado, tão demarcados no conto africano, se embaralham, desmanchando a idéia de centro e periferia. A escrita pasticheira de Silviano fabrica monstros e, num jogo de espelhos, devolve ao colonizador sua face que é também plural.

Pela rápida referência a essas obras, pode-se entrever o papel da escrita literária na resistência à dominação, na construção diária da identidade, como exercício do sendo e não do ser, como quer Glissant (1994). Ele propõe, então, uma poética do caos-mundo, marcada pela oralidade, enquanto reino do existente, do sendo, por oposição à escrita, como domínio exclusivo do ser.

Para atingir a poética do caos-mundo, Glissant recusa o mito fundador que

exclui o outro, para legitimar a conquista de seu território, substituindo-o pelo mito que admite a ausência, um buraco entre os deuses e o primeiro homem. Este buraco é o caos-mundo, a possibilidade de construir o novo pelo *barattement* constante de um tempo em espiral. Daí a criação de uma poética da relação: “essayer de trouver l’invariant du chaos-monde pour savoir comment les choses et les conflits peuvent résulter” (p. 125).

Glissant propõe, então, o respeito à opacidade nas relações culturais, dizendo da possibilidade de conviver com o outro sem torná-lo transparente, sem compreendê-lo. Partindo o verbo *compreendre*: *com-preendre*, ele mostra como compreender implica tomar sob sujeição, dominar. Adiante, sugere a adoção do verbo *partager*, dividir, repartir. É, então, que surgiria a palavra *eclatée*, estilhaçada, que não pertenceria a ninguém, mas a todos, porque irreduzível. Nesse sentido, instalar-se-ia o domínio da oralidade, o espaço do caos que se faz mundo. Na verdade, poder-se-ia pensar antes numa interação entre a opacidade e a transparência, já que só a opacidade não promoveria o encontro. Por outro lado, haveria uma dialética entre a oralidade e a escrita, entre a civilização e a barbárie, não enquanto pólos opostos, mas como instâncias em trânsito, deslocadas e deslocadoras.

A literatura latino-americana e a africana, enquanto literaturas de povos colonizados, transitam em espaços vários, em tempos vários, fazendo circular a palavra do outro em sua palavra, o que aliás ocorre com todo discurso. Mas, no caso das literaturas mencionadas, esse processo em que a voz de outrem se faz ouvir é explicitado, teatralizado. Não é sem razão que romances pós-modernos circulam ao lado de romances de fundação, criando um hipertexto da busca da identidade, sem tentar reduzi-la a apenas uma das facetas de sua cultura, de suas culturas.

Na verdade o texto literário já faz há muito o que faz hoje o chamado hipertexto, possibilitando a leitura de “nós ligados por conexões”. É que, a despeito de sua veiculação no objeto livro e sua linearidade previsível, o texto literário incita o traçado de trilhas no bosque (Eco, 1994) pelos leitores, que também podem optar por singrar os mares, navegando (Santiago, 1995). Esclareça-se, então, que a terminologia criada pela informática para descrever a infinitude de leituras que o hipertexto computacional permite já era usada pela literatura, que se constrói sempre como hipertexto, justamente por sua capacidade de resgatar o espaço da oralidade, cuja marca maior é a interação. O leitor do texto literário já tinha o seu *mouse* a percorrer o *menu*, na escolha de opções. Assim, no poema medieval ou contemporâneo, no romance tradicional ou desconstrutor, o texto literário oferece-se a leituras múltiplas, e, nesse sentido, resgata a oralidade em seu dinamismo básico, da comunicação móvel e menos apropriável.

Interação/interatividade. Como podem ser vistos esses termos ligados à comunicação humana em sua diversidade, que vai da oralidade à escrita, desta aos meios de comunicação de massa e à informática? Não adianta buscar nostalgicamente a voz ou tentar recompôr a oralidade, enquanto espaço de interação e troca, perfor-

mance ideal. Não adianta condenar a escrita por ser veículo de violência ou mesmo a informática por afastar ainda mais o homem de seu corpo. Importa, antes, verificar como essas mudanças atuam na visão de mundo do ser humano e como ele busca sanar as perdas, compensando-as com os ganhos da tecnologia. A literatura, em sua burla com a linguagem, instaura o espaço do convite à interação deslocadora. Resta ao leitor o seu *mouse*, pois navegar é preciso.

## RÉSUMÉ

Au moment où le monde se penche vers le pouvoir de l'image, de la réalité virtuelle, nous, les professionnels qui travaillons le langage verbal, ou plus particulièrement le mot, nous interrogeons sur sa place, dans cet espace: le mot oral, le mot écrit, le mot particulier, le mot informatisé et internationalisé par l'intermédiaire de l'Internet. Quel est ce monde où nous habitons aujourd'hui? Comment se situerait, dans cet univers, une société dans laquelle il y a encore des groupes agraphes et un grand nombre d'analphabets et, simultanément, le royaume des ordinateurs? Comment se construit l'imaginaire d'un peuple qui se trouve au milieu de ces événements importants sans pour autant avoir expérimenté, à l'intérieur de sa communauté, les étapes vécues par d'autres peuples – le passage de l'oral à l'écrit, l'installation des moyens de communication, le royaume de l'informatique? Pour essayer de répondre à ces questions, je cherche à discourir sur ces moments de rupture, en examinant l'espace occupé par la littérature dans ce processus interactif complexe.



**Referências bibliográficas**

01. CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia; o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1980.
02. CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado; pesquisas de antropologia política**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
03. DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
04. DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Trad. Miriam Schneiderman e Renato J. Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.
05. DETIENNE, Marcel. **L'invention de la mythologie**. Paris: Gallimard, 1981.
06. ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
07. GIRARD, René. **La violence et le sacré**. Paris: Grasset, 1972.
08. GLISSANT, Edouard. **Le chaos-monde, l'oral et l'écrit**. In: CHAMOISEAU et al. **Écrire, la parole de nuit; la nouvelle littérature antillaise**. Paris: Gallimard, 1994.
09. GNERRE, Maurizzio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
10. GOODY, Jack. **A lógica da escrita e a organização da sociedade selvagem**. Trad. Teresa L. Pérez. Lisboa: Edições 70, 1987.
11. GOODY, Jack. **La domesticación del pensamiento salvaje**. Trad. Marco Virgílio G. Quintela. Madrid: Akal, 1985.
12. LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência; o futuro do pensamento na era da informática**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
13. LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Trad. Jorge C. Pereira. Lisboa: Edições 70, 1986.
14. MIRANDA, Wander Melo. **Ficção virtual**. *Revista de Estudos Literários*. Belo Horizonte, CEL, 1995. v.3, p.09-18.
15. ROSA, João Guimarães. **A menina de lá. Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
16. SANTIAGO, Silviano. **Viagem ao México**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
17. SANTOS, Arnaldo. **Kinaxixe e outras prosas**. São Paulo: Ática, 1981.
18. XITU, Uanhenga. **Mestre Tamoda e Kahitu**. São Paulo: Ática, 1984.
19. ZUMTHOR, Paul. **Introduction à la poésie orale**. Paris: Seuil, 1983.
20. ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**. Trad. Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.